



## **O discurso jornalístico como dispositivo de subjetivação<sup>1</sup>**

Carolina Pompeo GRANDO<sup>2</sup>  
Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC

### **Resumo**

Este artigo parte do pressuposto de que o jornalismo é uma forma de discurso validado e legitimado socialmente e, enquanto agente construtor da arena simbólica e do imaginário coletivo, é um dos dispositivos de subjetivação da sociedade moderna. A hipótese aqui defendida é a de que, em excesso, o discurso jornalístico provoca o processo de dessubjetivação dos indivíduos.

### **Palavras-chave**

Jornalismo; discurso; dispositivo; subjetivação.

### **1. Da natureza moderna do jornalismo**

Teoricamente, o jornalismo não é pensado apenas como um conjunto de práticas profissionais, mas sim como uma instituição social. O surgimento do jornalismo enquanto instituição social moderna, como o conhecemos hoje, se deu juntamente com o momento histórico que inaugurou um novo problema filosófico, que se propõe a dar conta da relação do homem com o presente, do modo de ser histórico e da constituição de si mesmo como sujeito autônomo – a modernidade (FOUCAULT, 2000). O jornalismo, nessa perspectiva, é também um lugar no qual se busca desvendar, esclarecer e legitimar, através dos discursos e sentidos diversos que o atravessam e que

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Teorias do Jornalismo do XI Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Mestranda do Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina, email: [carolinapompeo@gmail.com](mailto:carolinapompeo@gmail.com)



ele faz circular, o presente, o homem moderno, o espaço público e todos os eventos que marcam as sociedades e períodos da história.

Foi também no momento de transição para a sociedade moderna que surgiu o espaço público. De acordo com Habermas (1984), o que marca o início da modernidade é a transição de uma sociedade fundada no poder exercido pela esfera pública (a corte, o Estado monarca) para uma sociedade fundada na esfera pública burguesa. Nesse momento, a corte deixa de ser a própria esfera pública e a cidade se reconfigura, assume funções culturais e faz surgir novas vozes e novos tipos de relações de poder e trocas simbólicas. É nesse novo contexto que nasce o jornalismo como o concebemos hoje, uma instituição social pertencente à esfera pública do setor privado, que intermedia através da opinião pública o Estado e as carências e exigências da sociedade.

Novas instituições surgem na cidade (cafés, salões) como centros de críticas literária e política. A função social e política desses espaços era exercer a crítica ao poder estabelecido e possibilitar o diálogo entre as classes, em uma busca por maior igualdade. Nesses centros, era comum que os cidadãos lessem juntos jornais e panfletos informativos para discutir os acontecimentos noticiados. A partir desse momento, o discurso jornalístico passou a integrar o discurso social, posto que “o desenvolvimento do capitalismo exigia de determinadas categorias sociais um comportamento orientado por informações e cada vez mais informações” (HABERMAS, *idem*, p. 52), e o jornalismo oferecia aos cidadãos as informações fundamentais ao diálogo entre as classes e instituições sociais.

Com a transição para a sociedade moderna e o surgimento de um novo espaço público, várias mudanças de ordem econômica e política alteraram a dinâmica das relações sociais e permitiram o surgimento de novas instituições. O campo jornalístico também se formou e consolidou suas características nesse momento de transformações econômicas e estruturais. Mas até o surgimento desse campo autônomo, a imprensa não era um campo de produção discursiva própria – foi apenas com o surgimento da nova dinâmica de competição econômica que nasceu um campo jornalístico com produção discursiva, regras e estratégias de funcionamento próprias (CHALABY, 1998), legitimado pela sociedade como instância de informação e representação social.

Temos, então, que o jornalismo moderno foi fundado no movimento histórico de transformação inaugurado pelo Iluminismo, as mudanças estruturais, a transição da política para a sociedade, a dinâmica econômica de sua produção – tudo se construiu concomitantemente com as transformações de mesma ordem sofridas pela sociedade



ocidental. O jornalismo é, portanto, um projeto moderno. Hartley (1996) também situa a gênese do jornalismo na segunda metade do século XVIII. Para o autor, jornalismo e modernidade promovem ambos novas noções de liberdade, progresso e esclarecimento universal, e estão diretamente associados à ruptura com conhecimentos e hierarquias tradicionais e à constituição de laços abstratos de comunidades virtuais que estabelecem vínculos através da mídia. A política contemporânea, o capitalismo e o consumismo são produtos da modernidade e de co-autoria do jornalismo (HARTLEY, idem).

Reconhecendo a relação estreita entre modernidade e jornalismo, Hartley o define como uma prática de construção de sentido da modernidade – mais do que uma prática com tecnologias e indústria própria, é um território no qual a modernidade é contextualizada e textualizada. O jornalismo movimenta significados e imagens, trata de conhecimento, símbolo, informação e história, recorre a uma circulação plural de memórias e discursos – é discurso sobre discursos. Como escreveu o autor, a importância do jornalismo não está apenas na sua dimensão enquanto produto físico, mas também na sua dimensão simbólica, no seu poder real e imaginado de interferir em outros sistemas, ações ou eventos de toda ordem.

## **2. Da natureza do discurso jornalístico**

No texto intitulado “A ordem do discurso”, fruto de uma aula inaugural pronunciada em 1970, Foucault falou sobre sua inquietação diante do que é o discurso em sua materialidade de coisa pronunciada ou escrita, diante de sua existência transitória, mas sobre cuja duração não há controle, diante da suposição de que através dos discursos se realizam lutas, vitórias, dominações. O autor questionava porque o fato de as pessoas e as instituições produzirem discursos e reproduzirem outros era perigoso.

É possível trazer as inquietações de Foucault para o âmbito do discurso jornalístico: sua materialidade se constitui em forma de notícias, reportagens, editoriais...; sua existência é também transitória, posto que sua matéria-prima – o real, o presente – existe no que é imediato e logo passado, embora a permanência desse discurso esteja além do controle profissional ou institucional, ao passo que seus sentidos são reapropriados e reproduzidos em outros discursos; finalmente, o discurso jornalístico, em constante troca e disputa simbólica com os demais discursos sociais (político, econômico, cultural etc.), realiza movimentos de poder, executa manobras no plano simbólico que resultam em lutas, vitórias ou derrotas. Hartley (1996) também destacou o poder do jornalismo



como instância capaz de destruir ou salvar reputações, derrubar governos, defender a democracia ou contribuir para sua anulação, de proporcionar conhecimento na mesma medida que difunde mensagens incorretas ou mentirosas. O discurso jornalístico detém poder simbólico.

Ao pensar sobre o jornalismo enquanto prática discursiva é fundamental compreender qual é a sua natureza para identificar onde precisamente se situa o seu poder. Bakhtin (1952) descreve o jornalismo como uma forma de discurso secundário, que circula entre comunidades culturais organizadas. Os discursos secundários são mais complexos que os discursos primários, pois estes dizem respeito a experiências concretas, enquanto aqueles apropriam-se e assimilam os conteúdos dos discursos primários. Ao serem capturados pelo discurso jornalístico, os discursos da realidade concreta são transformados em representações dessa mesma realidade, perdendo a relação imediata que tinham com ela. No entanto, com frequência a apropriação de quadros de realidade pelo discurso jornalístico desvincula o acontecimento real do seu contexto original e o transfere para outro contexto, por vezes inapropriado, distorcendo seus elementos de verdade. A consequência imediata é que muitas realidades apropriadas pelo discurso jornalístico chegam ao público receptor com seus sentidos desvirtuados – e a isso soma-se o processo de negociação e subversão de sentidos presente na recepção. Hartley (1996) também atentou para a visão comum do discurso jornalístico como derivado de outras formas discursivas (história, literatura, filosofia, política) e bastante propenso a corromper e vulgarizar essas formas de conhecimento consideradas originais.

Outra característica do discurso jornalístico, segundo Bakhtin (*apud* PONTE, 2005), é que ele é um discurso reportado, cuja produção é orientada para alcançar o outro, para dialogar com discursos individuais e sociais já estabelecidos. Ou seja, o discurso jornalístico é produzido considerando não apenas o tema de que trata, mas também uma suposição do quadro de conhecimentos do outro ao qual se dirige. Ao se apropriar de discursos primários e se utilizar de quadros de conhecimentos de outros para produzir um novo discurso sobre certa realidade, o jornalismo adquire uma enunciação de autoridade.

Em cada época, em cada círculo social, em cada pequeno mundo ou roda de amigos, há sempre enunciações de autoridade que definem o tom: trabalhos artísticos, científicos, jornalísticos, que são citados, imitados, seguidos. São sempre enunciações de idéias dominantes de uma época. É assim que a experiência singular de cada indivíduo se molda e se desenvolve em interação constante e contínua com as enunciações dos outros [...] (BAKHTIN *apud* PONTE, *idem*, p. 29)



Se o jornalismo possui essa enunciação de autoridade que dita o tom de conversas e comportamentos, como apontou Bakhtin, então os discursos jornalísticos de dado período histórico dizem respeito a mais do que acontecimentos relevantes de uma época, mas também a valores que estiveram em voga, ideias e imaginários coletivos acerca de temas recorrentes da vida em sociedade que determinaram condutas e práticas tanto no âmbito individual quanto no social.

Além disso, se a experiência singular de cada indivíduo é orientada e desenvolvida em consonância com as enunciações de outros discursos, temos que o jornalismo é um dos agentes construtores do imaginário social, fornecendo, através de seu discurso, elementos constitutivos de outros discursos sociais e individuais de uma comunidade. O discurso jornalístico, simultaneamente, oferece conteúdos para a conformação de novos discursos e tem o seu próprio transformado, negociado, assimilado e subvertido pelos indivíduos que compartilham dele. A partilha desses discursos constitui o que Bakhtin chamou de ideologia cotidiana.

O aspecto ideológico do discurso jornalístico também foi analisado por Hall. Segundo o autor, no jornalismo como em outras mídias, o uso de convenções narrativas e de mapas de significados (HALL *et al.*, 1981) resulta na construção da realidade segundo esses mapas e, ao mesmo tempo, na produção de novos sentidos para essa realidade. O efeito ideológico do discurso jornalístico se encontra precisamente na manobra de atribuir acontecimentos reais aos mapas de significados já estabelecidos na sociedade. Ou seja, o discurso jornalístico pratica julgamentos, atribuições de valor que correspondem aos julgamentos e valores predominantes na sociedade – ele faz, portanto, a manutenção de ideias, valores e pré-conceitos que determinam as hierarquias sociais e o domínio de poder por certas instituições ou grupos sociais.

Desse modo, o papel desempenhado pelas notícias e pelos discursos produzidos e reproduzidos através delas não é apenas o de compartilhar informações sob a forma de experiências vividas e capturadas discursivamente, mas também de fornecer à sociedade elementos que contribuam para a construção da realidade social – ainda que essa contribuição seja atravessada por ideologias predominantes, por pré-conceitos estabelecidos e apropriados pelo jornalismo. Pode-se arriscar a afirmação de que o conhecimento e os sentidos presentes no jornalismo são processuais, construídos discursivamente e culturalmente em uma constante troca, negociação e até subversão



dos sentidos presentes nos demais discursos sociais com os quais dialoga e disputa poder no campo simbólico.

### **3. O discurso jornalístico como dispositivo de subjetivação**

Como vimos até aqui, o discurso jornalístico se apropria e reproduz outros discursos sociais, negociando e subvertendo sentidos, e através desse processo se consolida como uma das instâncias de poder simbólico e agente construtor do imaginário coletivo. Não há como conceber o jornalismo ignorando seu aspecto discursivo e fora do contexto de luta e embate pela manutenção do poder estabelecido, da institucionalização e do cotidiano. Sabendo da sua relação estreita com a modernidade, com os processos sociais que culminaram no estabelecimento de uma sociedade capitalista e consumista; reconhecendo seu poder de construir quadros de realidades que são aceitos por grande parte da sociedade, sua legitimação como discurso sobre o real, e sua capacidade de afirmar, validar, excluir ou interditar outros discursos, difundindo novas ideias ou reforçando o sistema já estabelecido, pode-se afirmar com segurança que o discurso jornalístico se vale como um poderoso dispositivo de controle e subjetivação social. Mas o que significa isso?

Em um conjunto de ensaios publicado em 2009, Agamben empreendeu um esforço teórico que se funda no questionamento a respeito dos mecanismos de gestão e produção que capturam os desejos e as ações humanas e caracterizam o pensamento político moderno. Agamben inicia com uma releitura do termo dispositivo, bastante utilizado na obra de Foucault, embora o filósofo francês não tenha elaborado a definição do conceito. Em entrevista concedida em 1977, Foucault fala brevemente sobre o que é o dispositivo:

Aquilo que procuro individualizar com este nome é, antes de tudo, um conjunto absolutamente heterogêneo que implica discursos, instituições, estruturas arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais e filantrópicas, em resumo: tanto o dito como o não dito, eis os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se estabelece entre esses elementos. [...] Assim, o dispositivo é: um conjunto de estratégias de relações de força que condicionam certos tipos de saber e por eles são condicionados. (FOUCAULT *apud* AGAMBEN, 2009, p. 28)

A partir dessa ideia de dispositivo, Agamben desenvolve uma reflexão sobre sua origem no termo grego *oikonomia*, que adaptado ao latim dos padres da Idade Média transformou-se em *dispositio*, do qual se origina o termo dispositivo. A *oikonomia* diz



de um conjunto amplo de práticas, saberes e instituições cuja função é gerir, controlar e orientar os pensamentos e as ações do homem. Da sua relação com a *oikonomia*, temos que o dispositivo diz daquilo através do qual uma atividade de gestão e produção se realiza, sem fundamento no ser – “Por isso os dispositivos devem sempre implicar um processo de subjetivação, isto é, devem produzir o seu sujeito.” (AGAMBEN, idem, p. 38).

Dessa investigação a respeito da origem do termo, Agamben chama de dispositivo tudo aquilo (linguagem, conceitos, ideias, discursos, instituições públicas e privadas, lugares, objetos etc.) que de alguma forma oriente, determine, controle e assegure práticas, comportamentos, opiniões e discursos dos homens, ou seja, tudo aquilo que capture o desejo, a atenção e a sujeição dos homens. Agamben também divide o mundo em duas grandes categorias, a dos seres vivos e a dos dispositivos. É da relação entre os homens e os dispositivos, é do processo de subjetivação no qual o dispositivo atua, que surge uma terceira categoria, os sujeitos. “Na raiz de todo dispositivo está, deste modo, um desejo demasiadamente humano de felicidade, e a captura e a subjetivação deste desejo, numa esfera separada, constituem a potência específica do dispositivo.” (AGAMBEN, idem, p. 44). Mas os dispositivos não capturam a atenção e os desejos dos homens apenas pela intenção pessoal de felicidade, mas também porque são os dispositivos que oferecem meios através dos quais cada homem se sente sujeito integrante de uma comunidade, e é o sentimento de pertença que garante alguma ordem e manutenção dos modos de produção e funcionamento da sociedade.

O discurso jornalístico é um grande dispositivo de subjetivação porque age orientando o olhar da sociedade e construindo um saber que, por via das enunciações de autoridade, do tom convicto com que se pronuncia, por ser legitimado socialmente como uma forma de discurso sobre o real, se impõe como único, mascarando ou mesmo descartando outras possibilidades de verdade. A verdade sobre a realidade é produzida no discurso jornalístico como concreta e irrestrita. O homem moderno, integrante da sociedade capitalista, se encontra assujeitado ao discurso jornalístico, já que grande parte de seu conhecimento de mundo e sobre os eventos reais provém do jornalismo.

Desse modo, o jornalismo detém o poder de determinar o que é verdadeiro e o que não é, detém o direito de estabelecer o que é certo e o que é errado, o que é justo e o que é injusto, e principalmente, e talvez mais grave, detém certo controle sobre as infinitas vozes que constituem uma mesma comunidade – e esses valores e ideias difundidos através das notícias são facilmente aceitos pela sociedade, posto que, em geral, ela tem



mais acesso ao discurso jornalístico do que aos discursos primários (da realidade concreta) e à pluralidade de vozes.

Esse discurso jornalístico, uma das manifestações do discurso da comunicação, mascara a realidade. No entanto, difunde-se na sociedade que ele mostra mil faces do mesmo acontecimento. Essa é uma postura dita liberal que afirma: se queremos ter objetividade – já que todo discurso está eivado de subjetividade –, basta dar lugar, numa sociedade, a essa pluralidade de vozes que o constitui. Esse sofisma aquieta as consciências. Sofisma porque, evidentemente, se uma sociedade tem uma pluralidade de vozes, uma delas exercerá a hegemonia e procurará mantê-la, ou seja, não permitirá que todas as vozes falem com o mesmo caráter de verdade. Isso quando conseguem falar. (BACCEGA, 1998, p. 58)

O “problema” do discurso jornalístico é, claramente, esse domínio exercido sobre cada indivíduo – que o consome e, embora negocie ou subverta alguns sentidos, de modo geral o concebe como uma ferramenta segura para se informar e conhecer o que acontece no mundo –, e sobre outros discursos sociais – mas é essencial atentar que esse discurso está também sujeito ao poder simbólico desses outros discursos sociais, a disputa e a troca é intensa e orientada sempre pelo desejo de poder regulador. Em suma, quanto mais capacidade de assujeitamento e subjetivação tiver um dispositivo, maior é seu poder de controle e regulação.

Agamben faz uma crítica ao excesso de dispositivos reguladores da sociedade moderna capitalista que, como já havia apontado Foucault, visam à criação e manutenção de homens dóceis, mas livres, que possuem identidade e liberdade de sujeitos justamente no processo de subjetivação dos dispositivos, pois apenas enquanto produzir subjetivação o dispositivo também governa, de outra forma o dispositivo se torna apenas um exercício de violência (idem, p. 46). No entanto, na sociedade capitalista em que vivemos hoje, o excesso de dispositivos tem provocado o processo inverso: o de dessubjetivação, que significa que ao invés de os dispositivos processarem um novo sujeito, geram apenas formas espectrais de sujeitos – violentam.

As sociedades contemporâneas se apresentam assim como corpos inertes atravessados por gigantescos processos de dessubjetivação que não correspondem a nenhuma subjetivação real. Daqui o eclipse da política, que pressupunha sujeitos e identidades reais (o movimento operário, a burguesia, etc.), e o triunfo da oikonomia, isto é, de uma pura atividade de governo que visa somente à sua própria reprodução. (AGAMBEN, idem, p. 48)

Em suma, o excesso de dispositivos está criando uma sociedade caótica e ao mesmo tempo apática, uma sociedade na qual seus integrantes não se sentem mais seguros e estão cada vez mais respondendo a padrões de comportamento negativos, como o isolamento, a depressão e a violência. E o próprio governo, que antes se valia dos



processos de subjetivação e do corpo social dócil que estes geravam, agora não mais consegue exercer controle sobre as respostas das sociedades aos dispositivos excessivos, e a conduz à catástrofe.

Aqui, considero a hipótese de que da mesma forma que o assujeitamento excessivo promovido pelos dispositivos provoca o processo de dessubjetivação, o domínio excessivo do discurso jornalístico também resulta em um processo de dessubjetivação específica. Tendo claro que o jornalismo é um dispositivo determinante na formação e na elaboração da imaginação social, do imaginário coletivo, é importante refletir sobre o que representa o consumo do discurso jornalístico como única fonte ou pelo menos como fonte principal de informação verdadeira sobre a realidade social.

É nesse sentido que sugiro a possibilidade de que, nessa sociedade capitalista e consumista que temos hoje, que embora se sustente sobre o discurso da globalização e da aldeia global, incentiva o isolamento dos indivíduos mediante o caos, a violência e a regulação constante, o discurso jornalístico, ao possibilitar a informação e, em certa medida, a comunicação entre os indivíduos e o restante da sociedade e demais instituições sem a necessidade de contato direto com a realidade, sem a necessidade do testemunho, da troca interpessoal de sentidos e experiências, acaba por potencializar esse isolamento e por criar um *efeito de real*, um efeito de proximidade e de pertencimento.

Na verdade, esse efeito de real não faz mais do que afastar os indivíduos da realidade concreta e reduzir a possibilidade de um conhecimento concreto sobre a realidade – e não digo realidade mundial, mas a realidade da comunidade da qual cada indivíduo faz parte, a realidade plural e próxima. Em suma, o discurso jornalístico é um forte dispositivo de subjetivação, e não há como evitar ser capturado por ele, posto que é uma instância de conhecimento e informação de fato fundamental para a vida social. No entanto, valer-se do jornalismo como único meio de ter esse contato e conhecimento sobre o real e concebê-lo como um discurso absoluto e verdadeiro sobre o real, sem considerar as possibilidades das vozes que são caladas, das realidades que são apenas representadas de acordo com interesses externos, não transforma os homens em sujeitos dessa realidade, mas em formas espectrais de sujeitos, como escreveu Agamben – em pseudo-sujeitos que não podem se afirmar como sujeitos autônomos em uma sociedade que não conseguem apreender realmente.



## Referências Bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo e outros ensaios**. Chapecó, SC: Argos, 2009.

BACCEGA, Maria Aparecida. **Comunicação e linguagem: discursos e ciência**. São Paulo: Moderna, 1998.

BIRD, Elizabeth S.; DARDENNE, Robert W. Mito, registro e 'estórias': explorando as qualidades narrativas das notícias. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e estórias**. Lisboa: Veja, 1993: 263-277.

CHALABY, Jean K. **The invention of journalism**. London: Macmillan Press Ltd., 1998.

FOUCAULT, Michel (1971). **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

\_\_\_\_\_. **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

HABERMAS, Jurgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HARTLEY, John. **Popular reality: journalism, modernity, popular culture**. London: Arnold, 1996.

PONTE, Cristina. **Para entender as notícias: linhas de análise do discurso jornalístico**. Florianópolis: Insular, 2005.